

HABEAS CORPUS Nº 566.982 - AC (2020/0068499-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GIBRAN DANTAS DOURADO BARROSO
ADVOGADO : GIBRAN DANTAS DOURADO BARROSO - AC004894
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : ADRIANO FROTA CLOSS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADRIANO FROTA CLOSS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, proferido no julgamento do HC n.º 1000266-68.2020.8.01.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 19/02/2020, pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, descritos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, tendo em vista a apreensão de drogas (**960g de skank, além de LSD em adesivo, comprimido e líquido**) e de caderno contendo anotações que evidenciam a contabilidade de atuações criminosas (fl. 54).

O flagrante foi convertido em prisão preventiva por ocasião da audiência de custódia (fls. 80-86).

Contra a segregação cautelar, foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem (fls. 26-43).

No presente *writ*, sustenta-se ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva e inidoneidade dos fundamentos.

Afirma-se haver ilegalidade no cumprimento do mandado de busca e apreensão (ordem escrita em nome de pessoa diversa).

Argumenta-se, ainda, que a liberdade provisória concedida a Corrêu deve ser estendida ao Paciente (fl. 10).

Requer-se, inclusive em liminar, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de liberdade provisória.

É o relatório inicial. Passo a decidir o pedido urgente.

Não está demonstrada a plausibilidade do direito arguido. É o que se infere do seguinte fragmento do decreto preventivo ora impugnado (fl. 83; sem grifos no

original):

"[...] o delito foi praticado em circunstância fática que demonstram que o delito ultrapassou a gravosidade existente no elemento normativo do tipo, pois a quantidade de substância entorpecentes apreendida, sua diversidade, o local em que se desenvolveu a ação, além daquela residência ser conhecida pela população como ponto de venda de droga. Ademais, foi apreendido fartos produtos de entorpecentes, de variedade e espécies diferentes além de balança de precisão, rolo de plástico transparente utilizado para embalo de drogas."

Como se vê, o fato ensejador do flagrante (tráfico de drogas e associação para o tráfico) sustenta, ao menos *primo actu oculi*, validamente a imprescindibilidade da segregação cautelar para a segurança da coletividade (ordem pública), dada a elevada quantidade e qualidade das substâncias entorpecentes apreendidas (960g de *skank*, além de LSD em adesivo, comprimido e líquido), além das circunstâncias da apreensão (local conhecido como ponto de venda de drogas e caderno contendo anotações que evidenciam a contabilidade de atuações criminosas).

Conforme reiteradamente proclamado por esta Corte, "[a] *quantidade de substância entorpecente apreendida é considerada motivação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva, especialmente se as circunstâncias dos autos demonstram traficância expressiva (modus operandi)*" (RHC 121.892/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 13/02/2020).

Lado outro, *prima facie*, a aventada ilegalidade no cumprimento do mandado de busca e apreensão não foi ventilada no acórdão impugnado, o que obsta a cognição inaugural neste Superior Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância; assim como o pedido de extensão da liberdade provisória concedida a Corréu.

Por fim, ao menos neste juízo provisório, a apreensão de elevada quantidade de entorpecente atribuída ao Paciente, por sustentar validamente o juízo de risco inerente à medida extrema, afasta a aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo

Superior Tribunal de Justiça

perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, o qual deverá encaminhar a senha ou a chave de acesso para consulta processual aos andamentos referentes aos presentes fatos, caso seja necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora